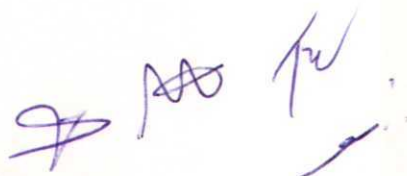


**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE PESQUISA
DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**

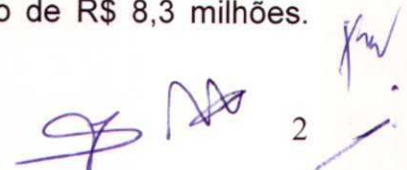
REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO, EM 27.09.2017.

ATA nº 374

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano dois mil e dezessete, às 10h30min reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia, no Escritório do Rio de Janeiro, localizado na Av. Pasteur, 404, Urca, com a presença dos Conselheiros Titulares, Frederico Bedran Oliveira, Erick Biill Vidigal (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Nucilene Lima de Freitas França, Titular (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Participaram da reunião o Diretor Presidente Eduardo Jorge Ledsham, o Diretor Interino da DAF Juliano de Oliveira, o Chefe do DECOF Suliman Tadei, o Chefe da DICOGE Gilberto Aguilera Bezerra, o Chefe Interino da Auditoria Interna Dinei Dias da Silva, Palmiro Franco Capone e Cristiano Jorge André, pela Secretaria-Geral. Iniciada a reunião, o Diretor Presidente apresentou o andamento do Planejamento Estratégico da CPRM, relativo ao Período de 2017/21, onde destacou a Missão, a Visão, o Mapa Estratégico, etc. Em seguida, o Conselheiro Frederico Bedran Oliveira, no exercício da Presidência do Conselho Fiscal, solicitou o exame dos itens da Ordem do Dia: **PRIMEIRO ITEM – LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURAS DE ATAS** – Após as alterações sugeridas pelos Conselheiros, a Ata de nº 373 será assinada na próxima reunião. **SEGUNDO ITEM – POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL** – Foram empossados os Membros do Conselho Fiscal, eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária/Ordinária de 18.08.2017 com mandato de 02 anos, até a assembleia geral ordinária de 2019. Assinando o respectivo termo de posse e compromisso, o Conselho procedeu à eleição do presidente, tendo sido escolhido o conselheiro Frederico Bedran Oliveira,



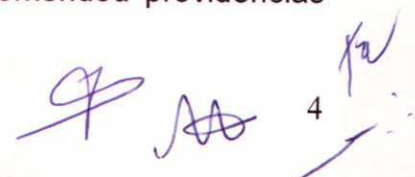
ficando definido que na sua ausência, as reuniões serão dirigidas pela conselheira Nucleane Lima de Freitas França. **TERCEIRO ITEM – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** – O Chefe da Divisão de Contabilidade Geral Gilberto Aguilera apresentou o balancete do mês de junho/2017, analisando a evolução patrimonial e do resultado da Companhia. Relatou que as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas no dia 18 de agosto de 2017 em Brasília/DF aprovaram as Demonstrações Contábeis de 2015 (reapresentadas) e 2016. Informou que a empresa aderiu em 24/08/2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória 783 de 31 de maio de 2017. Além dos descontos, o referido Programa prevê o parcelamento dos débitos em 120 meses. Relatou ainda, que o Débito Previdenciário nº 361548850, que encontrava-se em “Exigibilidade Suspensa” desde janeiro de 2015 teve a sua situação modificada pela Receita Federal, passando de “Suspensão por Ação Judicial” para “Incluído Parcelamento a Consolidar”. Informou que o referido Débito não é válido, uma vez que existe uma Sentença da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro de 26 de outubro de 2016, que julgou “Parcialmente Procedente” as demandas da CPRM e que a DICOGE em conjunto com a COJUR já estão providenciando a regularização da pendência, com vistas à emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Federais. As providências adotadas serão apresentadas na próxima reunião. **QUARTO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA** – O Auditor Dinei Dias da Silva apresentou ao Conselho as seguintes Notas Técnicas: Nota Técnica nº 009/2017, sobre o Contrato nº 008/PR/17, celebrado com a Spectris do Brasil, Nota Técnica nº 010/2017, sobre o Contrato nº 029/PR/17, celebrado com a JDR Service Ltda ME e Nota Técnica nº 011/2017, sobre o Contrato nº 025/PR/17, celebrado com a Hasageo Comércio e Exportação Ltda, todas sem ressalva. **QUINTO ITEM – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – O Chefe do DECOF, Suliman Tadei, apresentou a posição em 26.09.2017 do orçamento das Despesas Discricionárias e do PAC. As Despesas Discricionárias apresentavam na LOA/17 o valor de R\$ 85,1 milhões, com limite de R\$ 39,7 milhões, já utilizado. O PAC apresentava na LOA/17 R\$ 35 milhões com limite de R\$ 14,2 milhões e utilização de R\$ 8,3 milhões.

 2

Apresentou os seguintes informes: 1. O resumo da execução orçamentária demonstra os valores das Ações Orçamentárias Discricionárias e também do PAC, considerando os cortes efetuados pelo Ministério do Planejamento; 2. A Ação 125F - Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina apresenta disponibilidade orçamentária total, conforme LOA 2017, ficando o limite orçamentário sob responsabilidade do MME; 3. As possíveis liberações de crédito orçamentário e limite, tanto para as Ações do PAC quanto para as Demais Discricionárias, serão objeto de negociação junto ao MME. **SEXTO ITEM - DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS** – No demonstrativo da DICONT/DEAMP, enviado por e-mail, relativo aos Contratos celebrados pela CPRM e publicados no Diário Oficial da União ao longo dos meses de agosto a setembro de 2017, constavam os seguintes contratos de serviços de terceiros: 34/PR/17, Sedep- Serviço de Entrega de Despachos e Publicações Ltda-EPP ; 023/PR/17, Orbe Informações Forense Ltda; 032/PR/17, Perkinelmer do Brasil Ltda, 031/PR/17, José Antônio Maciel Vieira-ME-Servport ; 026/PR/17, Rocha & Galindo Comércio e Serviços de Conservação e Limpeza Ltda-EPP; 012/PR/17, Associação Paranaense de Cultura-APC; 036/PR/17, Inova Tecnologias de Informação e Representações Ltda; 037/PR/17, Audrey Magalhães Advogados Associados; 035/PR/17, Imprensa Nacional . O Conselho selecionou os Contratos de n^{os} 030/PR/17, JMT 100 Telecom – Telecomunicações e Serviço, 032/PR/17, Perkinelmer do Brasil Ltda e 012/PR/17, Associação Paranaense de Cultura-APC, para análise pela AUDITE quanto aos processos licitatórios. **SÉTIMO ITEM - RELATÓRIO DE DÍVIDAS DE CLIENTES, POSIÇÃO 25.09.2017** – Apresentado ao Conselho a posição encaminhada pela Divisão de Execução Financeira – DIEFIN: - Dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá: o CF solicitou atuação da COJUR junto à Corregedoria do CNJ para pleitear conclusão do processo judicial, considerando que a sentença transitou em julgado em 19.04.2012 e que permanece na Contadoria Judicial desde 28.04.2017. Em relação a Dívida do INEP: O conselho solicitou providências para a solução do assunto. **OITAVO ITEM - QUADRO DE PENDÊNCIAS** – Em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal,



feita na última reunião: a) Atas da Diretoria e do Conselho de Administração; Foram entregues cópias das Atas de Reunião do Conselho de Administração de nºs 207 a 211; Atas de Reunião de Diretoria Executiva de nºs 1165 a 1174 ; b) Informação quanto às adequações da CPRM à Lei e Decreto das Estatais; O Diretor Interino da DAF Juliano de Oliveira fez uma apresentação sobre Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Avaliação de Controles da CPRM, em função da Nova Lei e Decreto das Estatais, onde mostrou as mudanças em relação à Estrutura, Estatuto e Normas. Também participaram a Chefe da SUPLAM, Isabela Gifone, em conjunto com a Pesquisadora Patricia Durringer Jacques, realizaram apresentação sobre Indicadores e Metas e explanaram sobre o Escritório de Projetos PMO; c) Apresentar relatório sobre o PDISP – Plano de Desligamento Incentivado e Sucessão Programada; O Secretário-Geral João Batista de Vasconcelos Dias Júnior fez uma apresentação, informando que no período inicial do PDISP, eram 586 empregados elegíveis, sendo que 254 se inscreveram, representando 43,34%. Na reabertura do prazo, haviam 332 empregados elegíveis e 41 se inscreveram, representando 12,32%. Considerando o período total de adesão ao plano, entre os 586 elegíveis, 295 se inscreveram, representando 50,34%; d) Apresentar Relatório do Grupo de Trabalho do IPTU-RJ. O Chefe da Divisão de Contabilidade Geral Gilberto Aguilera informou que o Relatório do Grupo de Trabalho constituído com o objetivo de avaliar alternativas para o pagamento do IPTU do Escritório do Rio de Janeiro foi enviado à Presidência da CPRM em 26 de julho de 2017. Apresentou cinco alternativas em relação à resolução de tal pendência: Análise da tese da imunidade tributária, Aumento do Capital Social, Solicitação de Crédito Adicional, Alienação do Imóvel Junto à União e Negociação junto a Prefeitura do RJ. O CF comentou a repercussão geral no STF, sobre a tese da imunidade, para a sociedade de economia mista que atua exclusivamente com o serviço público e que a tendência é que o STF se posicione pela imunidade, segundo a PGFN e a título de sugestão, informou as publicações relativas aos Recursos Extraordinários do STF, RE 594015 Min. Marco Aurélio, publicado em 06/04/2017 e RE 580264 Min. Joaquim Barbosa, publicado em 16/12/2010 e por fim, o CF recomendou providências

 4

para regularização da dívida do IPTU, cabendo à empresa, se achar necessário, buscar soluções externas; e) O Plano Anual do Conselho Fiscal será revisto a partir da próxima reunião; f) Desenvolver link para o Conselho Fiscal no site da CPRM visando alocar os documentos das suas reuniões. O referido link já consta no site da internet da CPRM. A seguir, sem mais assuntos. Por último o CF solicitou a apresentação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAINT 2017. A reunião foi dada como encerrada. A próxima reunião será oportunamente agendada no Escritório do Rio de Janeiro.



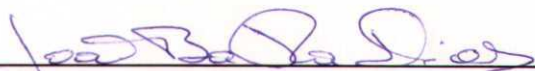
FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



ERICK BILL VIDIGAL
CONSELHEIRO



NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA
CONSELHEIRA



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
SECRETÁRIO-GERAL